

VI

Primeiros passos

Afonso Arinos de Melo Franco, que fôra o "único orador nominalmente designado para a cerimônia" de instalação e não falára, contaria, na Memória História de 1895, todos os detalhes das ocorrências de fundação e instalação da Faculdade. E narraria, mais, os primeiros dados relativos ao funcionamento do novel Instituto:

Organizado o pessoal administrativo, de conformidade com os estatutos, a saber, além do diretor e secretário, um oficial bibliotecário e dois guardas, em sessão de 28 de dezembro de 1892 a Congregação fixou os vencimentos do pessoal e as taxas para a matrícula.

A Faculdade continuou a funcionar em edifício pertencente ao Estado, junto à Inspetoria de Higiene, e organizaram-se as primeiras Comissões estatutárias: a de Contas, integrada pelos drs. Levindo Lopes, Rabelo Horta e Bernardino de Lima; a Científica, constituída dos drs. Antônio Augusto de Lima, Henrique Sales e David Câmpista, e a Disciplinar, composta dos drs. Virgílio de Melo Franco, Gonçalves Chaves e Silvano Brandão.

Por ofício de 2 de janeiro de 1893, remeteu-se ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores cópia da ata de inauguração e um exemplar dos Estatutos. Pouco depois, o govêrno nomeava Delegado Fiscal junto à Faculdade o Desembargador José Antônio Saraiva, para os efeitos do artigo 309, § 2º, do Decreto n. 1.159, de 3 de dezembro de 1892.

De acôrdo com os Estatutos, os trabalhos da Faculdade começaram em 2 de janeiro de 1893. No dia 1º de fevereiro, segundo o disposto no art. 235, foram abertas as aulas dos cursos de ciências jurídicas e sociais, presente o Fiscal, uma vêz que os programas haviam sido aprovados em 20 de janeiro, atendendo ao Parecer da Comissão Científica.

Por decreto federal n. 1.289, de 21 de fevereiro de 1893, foram concedidas à Faculdade as prerrogativas de faculdade

livre, para ficar equiparada aos estabelecimentos oficiais da União, de acôrdo com o disposto no art. 311 do Decreto n. 1.159, citado.

A Escola obteve a franquia postal por decisão do administrador interino dos correios, que lhe comunicou a medida por ofício de 17 de abril de 1893. Em 16 de maio do mesmo ano, o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros convidava-a a concorrer com teses, estatutos, memórias, revistas ou outras quaisquer obras à exposição de trabalhos jurídicos e aos festejos que deveriam solenizar o cinquentenário de sua fundação. A Faculdade enviou, além dos Estatutos, obras dos drs. Levindo Lopes e Virgílio de Melo Franco, tendo representado o Instituto nos festejos o dr. Francisco Luís da Veiga.

No primeiro ano letivo houve, nos cursos de ciências jurídicas e de ciências jurídicas e sociais, 46 matrículas, fizeram-se 39 inscrições para exames e registraram-se 37 aprovações, porque um aluno deixou de comparecer à prova oral da segunda série e outro faltou à mesma prova oral dos exames extraordinários.

Três alunos concluíram o curso e se bacharelaram em 1893: Antônio Gomes Lima, Augusto César Pedreira Franco e Rodolfo Jacob.

“A pequena biblioteca começou — conta Afonso Arinos, — com a valiosa oferta do dr. Joaquim Abílio Borges. Muitos outros cavalheiros fizeram importantes donativos de obras jurídicas e científicas, assim como o Sr. Dr. Américo Lobo, o Sr. Conselheiro Afonso Pena, o Sr. Dr. Levindo Lopes e o Sr. Dr. David Campista muito concorreram para o melhoramento da biblioteca. Além disso, a Congregação resolveu pedir ao govêrno Federal e aos dos Estados as respectivas legislações promulgadas depois da proclamação da República”.